

TOLERÂNCIA NUM MUNDO DE “TURISTAS” E “VAGABUNDOS”

“Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam – chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados.” (BAUMAN, 1999, p. 8)

Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino¹

RESUMO: A Tolerância é a sina da Pós-Modernidade. Num mundo cada vez mais habitado por “Turistas”, os “Vagabundos” se multiplicam e, ao mesmo tempo, reivindicam essa liberdade negada de ser errante no planeta. Essa impossibilidade de ir e vir, de ser um cárcere local, denota a ausência de nossa responsabilidade moral global. A Tolerância na Pós-Modernidade revela que a coexistência é o único (longo) caminho a ser percorrido como destino comum do gênero humano.

Palavras-chave: Tolerância. “Turistas”. “Vagabundos”. Pós-Modernidade.

ABSTRACT: Tolerance is Post-Modernity’s fate. In a world increasingly populated by “tourists”, the “vagrants” multiply and, at the same time, claim that freedom is denied to wanderer around the planet. This impossibility of coming and going, to be imprisoned in its home, stands for the absence of our global moral responsibility. Tolerance in Post-Modernity reveals that coexistence is the only (long) way to roam as the common destiny of mankind.

Key-words: Tolerance. “Tourists”. “Vagrant”. Post-Modernity.

INTRODUÇÃO

¹ Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado – em Direito do Complexo de Ensino Superior Meridional – IMED. Professor do Curso de Direito da Faculdade Meridional – IMED. Pesquisador da Faculdade Meridional e CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Ética, Cidadania e Sustentabilidade. Membro do Grupo de Pesquisa: “Modernidade, Pós-Modernidade e Pensamento Complexo” da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Membro Associado do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Passo Fundo. RS. Brasil. Membro Associado da Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDI. E-mail: sergiorfaquino@gmail.com ou sergio.aquino@imed.edu.br

A Pós-Modernidade revela-se, ainda, como um espaço de dúvidas e incapaz de apresentar respostas satisfatórias às demandas humanas cada vez mais complexas, especialmente num cenário povoado pelos “Turistas” e “Vagabundos” de Bauman. Os horizontes para a desejada emancipação humana não parecem tão luminosos quando se persiste, historicamente, nas diversas formas de dominação. Os relatos de Bauman sinalizam essa dificuldade em se constituir a unidade humana na sua diversidade. Esse fenômeno ocorre porque os desconfortos da Pós-Modernidade evidenciam a fragilidade para se lidar com tudo o que se manifesta fora dos domínios do “Eu”. Não existe uma resposta capaz de eliminar os refugos humanos – representados pelos “Vagabundos” – porque não se aceita a diferença, a contingência como o diálogo aberto e complementar para se aperfeiçoar os laços humanos. Resultado: banalização de nossa sensibilidade e a disseminação da indiferença e irresponsabilidade diante do Outro.

A Tolerância surge como significado de emancipação porque evidencia o longo e árduo caminho a se percorrer na tentativa de honrar o compromisso moral no qual todos comungam uns com os outros. É essa Liberdade à prova de falhas o obstáculo no qual impede o reforço e esclarecimento sobre o “ser-que-vive-junto-com-o-Outro”. Tolerar é o caminho para se mitigar as desigualdades no século XXI e a reivindicação da nossa responsabilidade moral. A partir desses argumentos, o critério metodológico utilizado para a investigação de abordagem e a base lógica do relato dos resultados apresentados reside no Método Dedutivo², cuja premissa maior é a Tolerância que se manifesta na Pós-Modernidade como valor de responsabilidade moral e a premissa menor é a (im)possível coexistência entre os “Turistas” e os “Vagabundos” de Bauman. As

² Para Pasold (2011, p. 205): “[...] base lógica da dinâmica da Pesquisa Científica que consiste em estabelecer uma formulação geral e, em seguida, buscar as partes do fenômeno de modo a sustentar a formulação geral”.

técnicas utilizadas nesse estudo serão a Pesquisa Bibliográfica³, a Categoria⁴ e o Conceito Operacional⁵.

O problema deste estudo pode ser descrito na seguinte indagação: É possível vivenciar a Tolerância num mundo habitado por “Turistas” e “Vagabundos”? A hipótese para essa pergunta surge, inicialmente, como positiva, na medida em que a Pós-Modernidade evidencia o projeto humano inacabado – e inacabável – da Modernidade. A Tolerância é um caminho difícil, longo, mas o único no qual possibilita a coexistência da diversidade humana por meio da responsabilidade moral. Dissemina-se a compreensão⁶ desse vínculo necessário e ambivalente, pois a preservação de todos os seres vivos os quais habitam o Planeta Terra denota participação, mas representa, antes, uma razão seminal, interior, a qual resgata a necessidade de um profundo exercício de Alteridade⁷ global.

O Objetivo Geral deste estudo é determinar como a Tolerância pode ser exercida nesse período histórico denominado Pós-Modernidade e cujos

³ Segundo o mencionado autor (2011, p. 207): “[...] Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais.”.

⁴ Nas palavras de Pasold (2011, p. 25): “[...] **palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou expressão de uma idéia**”. Grifos originais da obra em estudo.

⁵ Reitera-se conforme Pasold (2011, p. 37): “[...] **uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das idéias que expomos [...]**”. Grifos originais da obra em estudo. Toda Categoria que aparece neste estudo será destacada com letra maiúscula.

⁶ O verbo compreender terá como significado nessa pesquisa o conceito proposto por Morin (2001, p. 94/95): “Há duas formas de compreensão: a compreensão intelectual ou objetiva e a compreensão humana intersubjetiva. Compreender significa intelectualmente apreender em conjunto, compreender, abraçar junto (o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno). A compreensão intelectual passa pela inteligibilidade e pela explicação. [...] A compreensão humana vai além da explicação. A explicação é bastante para a compreensão intelectual ou objetiva das coisas anônimas ou materiais. É insuficiente para a compreensão humana. Esta comporta um conhecimento de sujeito a sujeito. [...] Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade”.

⁷ Trata-se de relação da subjetividade com o infinito, ou seja, da subjetividade que acolhe o Outro. A ideia do infinito, conforme Lévinas (2000, p. 14), “[...] não é uma noção que uma subjectividade forje casualmente para reflectir uma entidade que não encontra fora de si nada que a limite, que ultrapassa todo limite e, por isso, infinita. A produção da entidade infinita não pode separar-se da ideia do infinito, porque é precisamente na desproporção entre a ideia do infinito de que ela é ideia que se produz a ultrapassagem dos limites. A ideia do infinito é o modo de ser – a infinição do infinito. O infinito não existe antes para se revelar depois. A sua infinição produz-se como revelação, como uma colocação em mim da sua ideia. Produz-se no facto inverossímil em que um ser separado fixado na sua identidade, o Mesmo, o Eu contém, no entanto, em si – o que não pode nem conter, nem receber apenas por força de sua identidade. A subjectividade realiza essas exigências impossíveis; o facto surpreendente de conter mais do que é possível conter”.

habitantes são descritos como “Turistas” e “Vagabundos”. Os Objetivos Específicos são: a) Esclarecer a definição de Pós-Modernidade; b) Definir a Tolerância como valor de responsabilidade moral; c) Identificar a Tolerância como a sina para ampliar a coexistência humana; d) Definir quem são os “Turistas” e os “Vagabundos” no pensamento de Bauman; e) Avaliar se é possível a coexistência entre os “Turistas” e os “Vagabundos” pela ação tolerante na Pós-Modernidade. Os fundamentos teóricos deste artigo expressam o pensamento de autores como Bauman, Appiah, Arendt, Lévinas entre outros. Buscam-se, ainda, outras leituras as quais apresentam diferentes percepções sobre o tema em estudo para elucidar o(s) significado(s) e contexto(s) de determinadas categorias apresentadas nesta pesquisa.

1. SOMOS “VAGABUNDOS” LOCAIS, MAS QUEREMOS SER “TURISTAS” GLOBAIS.

Antes de se desenvolver junto ao leitor ou leitora o fundamento teórico deste texto, é necessário insistir na reflexão sobre esse período histórico denominado como Pós-Modernidade. Esse é um desafio, cujos diálogos têm sido deslegitimados pela incompreensão desses tempos mais fluídos e cuja complexidade reivindica um saber menos racionalizante, onfaloscópico⁸, e mais aberto, proxêmico, ambivalente⁹, ambíguo¹⁰, conforme a nossa condição e natureza humana. A descrição de Bauman (2011, p. 88) para a Pós-Modernidade pode ser sintetizada por este argumento: o referido momento histórico é caracterizado a partir da Modernidade menos as suas ilusões. A

⁸ Essa postura, segundo Maffesoli (2009, p. 18), significa a caracterização de “[...] nossa *intelligentsia*: ela contempla o próprio umbigo”. Grifos originais da obra citada.

⁹ Nas palavras de Bauman (1999, p. 9): “A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma de desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas”.

¹⁰ Para Morin (2013, p. 9): “[...] O que é a ambiguidade? Ela se traduz pelo fato de que uma realidade, pessoa ou sociedade se apresenta sob o aspecto de duas verdades diferentes ou contrárias, ou então apresenta duas faces não se sabendo qual é a verdadeira”.

afirmação proposta pelo referido autor denota que o período da Idade Moderna¹¹ não pode ser uma proposta inacabada, mas inacabável¹².

Sob igual critério, o prefixo “pós” traz dúvidas quanto ao seu objetivo semântico. Num primeiro momento, a leitura da palavra “Pós-Modernidade” denota o término da Idade Moderna e o início de outro, ainda inominado. Muito embora esse esclarecimento prévio ocorra, não é o que se sugere, pois qualquer período de transição histórica não desaparece de modo súbito a fim de ceder espaço ao próximo. As mudanças existem. Demandam novas idéias e ações para que se tornem visíveis, porém nem sempre ocorrerão no momento de nosso desejo. Muitas vezes, reitere-se, sequer se manifestarão no nosso tempo de vida. Entretanto, os esforços devem persistir para se compreender as certezas e incertezas humanas no decorrer do tempo. A Modernidade não deixou de existir ou de exercer a sua influência histórica. Ao contrário, ainda se expressa, de modo vigoroso, no século XXI, contudo, as transformações políticas, culturais, sociais, tecnológicas, laborais, jurídicas, afetuais, entre outras já demonstram o seu enfraquecimento. Aos poucos, observa-se a saturação de um cotidiano incapaz de compreender sua própria revolução¹³ em efervescência¹⁴.

O prefixo “pós”, rememora Bauman, não indica substituição da Idade Moderna por outro momento da História, mas sugere o esclarecimento de que

¹¹ Segundo Bauman (2011, p. 87): “A notícia da morte da modernidade, [...], foi amplamente exagerada. Pareceu-me que a ‘perspectiva da pós-modernidade’ – que permitiu esquadrihar as falhas da modernidade e desmascarar muitas de suas proezas como becos sem saída -, longe de se opor à modernidade ou grassar sobre seu túmulo, teve desde o início seu indispensável alter ego: aquela voz inquieta, perpetuamente discordante, que permitiu à modernidade ter sucesso em seu engajamento crítico com a realidade descoberta e com as muitas realidades sedimentadas por esse engajamento.”

¹² Novamente, o mencionado autor (2011, p. 87/88): ressalta “A ‘era da pós-modernidade’ é para mim aquela em que a postura pós-moderna veio a se conhecer, e ‘conhecer-se’ significa perceber que o trabalho crítico não tem limites e não poderia jamais alcançar o seu ponto terminal; [...]”

¹³ Rememora Maffesoli (2012, p. 16): “[...] O ressurgimento [...] da vida cotidiana é certamente a primeira característica da pós-modernidade. *Revolução* que é preciso compreender em seu sentido etimológico (*revolvere*): retorno, retrocesso ao que foi na origem”. Grifos originais da obra citada.

¹⁴ Novamente, ressaltam-se as palavras de Maffesoli (2012, p. 18): “Eis o que é a *revolução* da vida cotidiana. Para além e aquém de uma *civilização* abstrata, puramente conceitual, e um pouco desencarnada, ela nos força a reconsiderar uma *cultura* feita de elementos simples e servindo de cimento ao estar junto, ao viver junto. [...] Assim, o *espaço* da socialidade, o da cultura concreta, opõe-se ao *tempo* do social próprio da civilização racional. O enraizamento espacial ligado à arte de viver cotidiana significa também a saturação do providencialismo: seja ele vontade divina (Santo Agostinho), razão soberana (Iluminismo), marcha garantida do espírito absoluto (Hegel), sociedade perfeita (K. Marx), tudo isso culmina no Estado-Providência moderno”. Grifos originais da obra citada.

aqueles pressupostos destinados a “salvar” a Humanidade de seus erros, de sua ambivalência, de sua incerteza, tais como ordem, eficiência, universalidade, precisão, clareza, racionalidade – especialmente instrumental -, não são atemporais. Os seus esforços, o seu trabalho incessante em prol do progresso (leia-se: crescimento infinito) estão fadados ao fim¹⁵.

A Pós-Modernidade, ao escrever seu próprio “diário”, se torna consciente de que as proezas e promessas para livrar todos de suas responsabilidades, de constituir a unidade humana sem a presença da incerteza, de eliminar o erro e expurgar a ambivalência não são humanas. Evidencia-se, nessa “Pós”-Modernidade, aos poucos, a humanização (leia-se: maturidade) da Modernidade. Nesse momento, verifica-se que as ilusões criadas pelo último tempo histórico citado não desapareceram, mas mudaram de forma – de sólido ao líquido -, ou seja, vive-se um momento em que as relações humanas – incluindo-se a política, tecnologia, economia, o direito, entre outros – não estão preocupados com as conseqüências de seus atos no futuro. Pretendem - de modo episódico - viver tão somente o presente¹⁶. Trata-se de uma fase líquida, cujas respostas modernas são insatisfatórias, pois a solidez de seus argumentos (e práticas) não podem conter o vazamento, o fluxo e o transbordar das novas perspectivas afetuais, sociais, comunicacionais, axiológicas desse mundo em transformação. A partir desse cenário na qual a Modernidade se liquefaz, Bauman (2001, p.8) comenta sobre as características sólidas e líquidas:

¹⁵ Segundo Bauman (1997, p. 14/15): “[...] a busca perseverante e inflexível de regras, que ‘se fixarão’, e de fundamentações que ‘não se abalarão’, hauriu sua força da fé na praticabilidade e no triunfo último do projeto humano. Uma sociedade livre de contradições irremovíveis, uma sociedade que aponta o caminho, como a lógica faz, para corrigir soluções somente, pode eventualmente ser construída, dados suficiente tempo e boa vontade. [...] É a descrença nessa possibilidade que é pós-moderna, ‘pós’ não no sentido ‘cronológico’ [...], mas no sentido de implicar [...] que os longos e sérios esforços da modernidade foram enganosos, foram empreendidos sob falsas pretensões, e são destinados a terminar – mais cedo ou mais tarde – o seu curso; que, em outras palavras, é a própria modernidade que vai demonstrar além de qualquer dúvida, sua impossibilidade, a vaidade de suas esperanças e o desperdício de seus trabalhos”.

¹⁶ E complementa Bauman (2010, p. 12): “[...] O que a modernidade em sua versão antiga enxergava como o iminente ponto final de sua tarefa, como o início do tempo do descanso e de ininterrupto e purificado regozijo das realizações passadas, agora tratamos como uma *fata morgana*, uma miragem: em nossa perspectiva, não havia no final do caminho qualquer linha de chegada, qualquer sociedade perfeita, totalmente boa, ‘sem melhoramentos a contemplar’. A mudança perpétua seria o único aspecto permanente (estável, ‘sólido’, se se quiser assim dizer) de nossa forma de viver. A pós-modernidade, como ela se apresentava naquele momento, era a modernidade despojada de suas ilusões.”

[...] os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluídos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluídos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas por um momento. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa.

Os fenômenos humanos na Pós-Modernidade se tornam cada vez mais líquidos e seu fluxo está mais intenso. Os paradigmas tentam conter sua força, mas percebe-se a inundação provocada pelas mudanças ocorridas na vida de todos os dias. Na medida em que os modos de integração humana – e sua durabilidade – se liquefazem, indaga-se: Como conviver nesse ir e vir entre a certeza e incerteza? Como é possível estabelecer a unidade humana sem a disciplina da ordem? As respostas são ambíguas e ambivalentes, nebulosas, mas não menos humanas. O desafio humano deste século XXI ainda é a convivência que se manifesta pela diferença alheia. O Outro é uma incerteza na qual extrapola qualquer forma de controle. É fenômeno fluído, incontível, porém demanda Responsabilidade¹⁷ – radical, inclusive – pela sua simples *pre-sença*. Entretanto, esse esclarecimento não é visível para todos. Insiste-se na Autenticidade¹⁸, já estudada por Taylor, de um mundo o qual se move por pessoas caracterizadas como “Turistas” e outras como “Vagabundos”.

O Planeta não se é mais um espaço geográfico intransponível. As barreiras sólidas tornam líquidas pelo advento das novas tecnologias. Vive-se, segundo Bauman (1999, p. 85), num lugar cujo centro está em todo o território

¹⁷ É a estrutura primária da subjetividade, nas palavras de Lévinas (2000, p. 87/88). Essa última palavra não existe em si mesma, mas direciona-se ao Outro. “[...] Entendo a responsabilidade como responsabilidade por outrem, portanto, como responsabilidade por aquilo que não fui eu que fiz, ou não me diz respeito [...]”.

¹⁸ A Autenticidade, segundo Taylor (2009, p. 56), “[...] parece entender-se, uma vez mais, centrada no eu, o que debilita as relações com os outros. [...] A autenticidade é uma faceta do individualismo moderno. E todas as formas de individualismo se caracterizam não só por enfatizar a liberdade do indivíduo, mas também por propor modelos de sociedade. [...] O individualismo da anomia e da ruptura não compreende, evidentemente, qualquer ética social, mas o individualismo como princípio ou ideal moral deve dar-nos alguma indicação sobre o modo de viver com os outros”.

terrestre e a circunferência em parte alguma. Essa “Liberdade Líquida”¹⁹, contudo, não pode ser exercida por todos. A satisfação do desejo pessoal, muitas vezes, permanece como potência sem se tornar algo encarnado e, esse cenário, numa sociedade de consumidores²⁰, representa genuíno terror, a incapacidade de não ser livre para se obter o que quiser no momento presente²¹. Nessa linha de pensamento, indaga-se: quem é o “Turista”? No pensamento de Bauman, esse sujeito representa, encarna, o exercício de uma Liberdade sem limites, garantida, ou, melhor, mantida, sob igual critério, pelo capital. Ser livre pode ser traduzido como estar em trânsito no mundo a qualquer momento. Nada poderia representar um obstáculo para se estar em todos os lugares deste Planeta. Essa é a regra do jogo na Pós-Modernidade²². Entretanto, esse cenário não basta para se atender aos desejos pessoais sempre infinitos: é necessário, ainda, consumir²³ tudo o que o ambiente local – e suas peculiaridades – podem oferecer.

¹⁹ Para Bauman (2011, p. 131), essa Liberdade refere-se à possibilidade de tudo experimentar, mas não pode ser barrada pelos erros ou incapacidade econômica de se satisfazer um desejo. A Liberdade que se manifesta como busca da felicidade não pode errar, pois “Todos parecem estar reconciliados com a impossibilidade de se tomar decisões à prova de falhas; de se predizer quais dos passos sucessivos se tornarão corretos, ou quais das sementes de futuro espalhadas trarão frutos abundantes e saborosos, quais bulbos de flor murcharão

²⁰ “Nossa sociedade é uma sociedade de consumo. [...] a sociedade de nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma ‘sociedade de produtores’. Aquela velha sociedade moderna engajava os seus membros primordialmente como produtores e soldados. [...] A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel”. (BAUMAN, 1999, P. 87/88).

²¹ “A própria noção de ‘limite’ precisa de dimensões espaço-temporais. O efeito de ‘tirar a espera do desejo’ é tirar o desejo da espera. [...] sem um significado expresso, não há como a roda mágica da tentação e do desejo perder um impulso. As conseqüências, para os altivos e para os humildes são enormes [...]”. (BAUMAN, 1999, p. 87).

²² “No jogo da vida dos homens e mulheres pós-modernos, as regras do jogo não param de mudar no curso da disputa. A estratégia sensível, portanto, é manter curto cada jogo – de modo que um jogo da vida sensatamente disputado requer a desintegração de um jogo que tudo abarca, com prêmios enormes e dispendiosos, numa série de jogos estreitos e breves, que só os tenha pequenos e não demasiadamente preciosos. [...] Manter o jogo curto significa tomar cuidado com os compromissos a longo prazo. Recusar-se a ‘se fixar’ de uma forma ou outra. Não se prender a um lugar, por mais agradável que a escala presente possa parecer”. (BAUMAN, 1998, p. 113)

²³ “[...] O consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui. Se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome”. (BAUMAN, 1999, p. 88/89).

Essa Liberdade²⁴ é encapsulada, egoísta. A vontade do “Turista” é maximizar suas sensações pelas diferentes experiências, aventuras, pelos territórios desconhecidos. É tornar-se indiferente às pessoas que habitam os lugares pelos quais caminham. A Liberdade, segundo a percepção do “Turista”, não pode ser descrita como um *modus vivendi* o qual transita entre o erro e o acerto. O exercício (desmedido) de se sentir livre é pago – à vista. Por esse motivo, nada – tampouco ninguém – deve abalar a sensação de ser livre²⁵ desta amarra chamada responsabilidade moral pelo Outro. Nas palavras de Bauman (1997, p. 274/275):

[...] os turistas pagam por sua liberdade; o direito de não levar em conta os interesses e sentimentos nativos, o direito de fiar o seu próprio tecido de significados, obtêm-no em transação comercial. A liberdade vem por negócio contratual, o volume da liberdade só depende da capacidade de pagar, e, uma vez comprada, torna-se direito que o turista pode em alto e bom som perseguir pelos tribunais do país, esperando ser gratificado e protegido.

Observa-se, conforme esses argumentos, que o “Turista” é extraterritorial e sua Liberdade é à prova de falhas. Na sua caminhada despreziosa pela Terra, na tentativa (vã) de conseguir atender seus (infinitos) interesses, o “Turista” produz refugos – humanos e não-humanos. O refugio humano denomina-se “Vagabundos”. A base lógica para se descrever essa figura é a mesma do “Turista”, ou seja, quem é o “Vagabundo”? O último sujeito anteriormente mencionado é a oposição do “Turista”. O “Vagabundo” representa a incapacidade – econômica – se estar em todos os lugares da Terra, de fruir suas sensações sem que haja qualquer espécie de compromisso local no momento de seu trânsito por aquele território. Trata-se de alguém que não pode

²⁴ “[...] As incertezas que povoam a vida de todos os dias mostram a fragilidade do compromisso humano na relação com o Outro. Deseja-se, na mesma quantidade, Liberdade para expressar, projetar e buscar seu destino de felicidade e Segurança para impedir qualquer dano ou ameaça à violação desse propósito. O equilíbrio desejado não existe. Quando se enuncia que a Liberdade é condição absoluta para se desenvolver qualquer espécie de relação humana, bem como de promover o aperfeiçoamento (ilimitado) de cada Pessoa, percebe-se o decréscimo (ou a perda) da Segurança”. (AQUINO, 2013, p. 1406)

²⁵ Nas palavras de Bauman (1997, p. 275): “[...] O mundo é a ostra do turista. O mundo está aí para se viver agradavelmente e receber assim sentido”.

– nem deve – participar desse jogo, cuja natureza é mercantil. O “Turista” pode, a qualquer momento, fechar a sua residência e se aventurar em sensações (sempre) novas e desconhecidas²⁶. A sua viagem é temporária, planejada com início e fim. No seu retorno, basta destravar as fechaduras de sua morada, nesse momento, considerada como espaço sagrado. O “Vagabundo”, ao contrário, é, conforme o pensamento de Bauman (1997, p. 274), “[...] peregrino sem destino; nômade sem itinerário”, ou seja, enquanto o “Turista” tranca as fechaduras, aciona os alarmes, pelo lado de fora a fim de exercitar sua Liberdade desmedida, o “Vagabundo” sequer consegue abrir as fechaduras de sua residência para sair ao mundo. É um prisioneiro da sua localidade.

Essa incapacidade de ser livre numa sociedade (global) de consumidores²⁷ torna-o prisioneiro de sua residência, o local que deveria ser descrito como santuário. A imobilidade local descreve-o como refugio produzido pelo “Turista”. De modo contínuo, o “Vagabundo” experimenta – negativamente – essa sensação de não consumir, não ser livre, de estar à margem de um jogo no qual poucos têm chances de participar²⁸. O “Turista” viaja por opção e planejamento. O “Vagabundo” por obrigação. Esse não sabe o tempo de duração da sua estada ou da própria viagem. A errância é indeterminada. Para o “Turista”, a chegada, o término da experiência de ser livre significa algo tedioso. O “Vagabundo” sequer sabe se a sua experiência errante terá fim. Esses sujeitos, nas palavras de Bauman (1999, p. 101), são “turistas involuntários”²⁹, ou seja, não podem reivindicar direitos, tampouco podem permanecer num lugar. O seu

²⁶ “[...] nenhuma necessidade deveria ser vista como inteiramente satisfeita, nenhum desejo como último. [...] O que realmente conta é apenas a volatilidade, temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais do que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto do desejo (ou melhor, o tempo suficiente para desaparecer a conveniência desse objeto)”. (BAUMAN, 1999, p. 89).

²⁷ “[...] Para os bons consumidores não é a satisfação das necessidades que atormenta a pessoa, mas os tormentos dos desejos ainda não percebidos nem suspeitados que fazem a promessa ser tão tentadora. [...] Os consumidores são primeiro e acima de tudo acumuladores de *sensações*; são os colecionadores de *coisas* apenas num sentido secundário e derivativo”. (BAUMAN, 1999, p. 90/91). Grifos originais da obra citada.

²⁸ Segundo Bauman (1998, p. 117): “[...] Para eles, estar livre significa *não ter de* viajar de um lado para outro. Ter um lar e ser permitido ficar dentro dele. São essas os *vagabundos*, luas escuras que refletem o brilho de sóis brilhantes, os mutantes da evolução pós-moderna, os refugos inaptos da brava espécie nova. Os vagabundos são os restos do mundo que se dedicaram ao serviço dos turistas”. Grifos originais da obra citada.

²⁹ “[...] a noção de ‘turista involuntário’ é uma contradição em termos. Por mais que a estratégia do turista possa ser uma necessidade num mundo marcado por muros e estradas móveis, a liberdade de escolha é a carne e o sangue do turista. Tire-a e a atração, a poesia e mesmo a suportabilidade da vida do turista se vão inteiramente”. (BAUMAN, 1999, p. 101).

destino é transitar pela Terra, indefinidamente³⁰. A condição na qual o põe em movimento é a promessa, a esperança luminosa de que a próxima estada seja melhor que a anterior devido à insuportabilidade de sua vida local. Nenhum lugar os aceita ou os recebe porque rememoram a todos a indiferença e irresponsabilidade dos laços humanos³¹. A descrição de Bauman (1998, p. 119) sobre esse cenário precisa ser meditada:

[...] o vagabundo é o *alter ego* do turista – exatamente como o miserável é o *alter ego* do rico, o selvagem o *alter ego* do civilizado, ou o estrangeiro o *alter ego* do nativo. Ser um *alter ego* significa servir como um depósito de entulho dentro do qual todas as premonições inefáveis, os medos inexpressos, as culpas e autocensuras secretas, demasiadamente terríveis para serem lembrados, se despejam; ser um *alter ego* significa servir como pública exposição do mais íntimo privado, como um demônio interior a ser publicamente exorcizado, uma efígie em que tudo o que não pode ser suprimido pode ser queimado. O *alter ego* é o escuro sinistro fundo contra o qual o eu purificado pode brilhar.

Percebe-se que o “Vagabundo” é um ser destituído das experiências sensíveis junto ao “Turista”. Não existe compaixão, responsabilidade moral³², acolhimento ou hospitalidade. A incapacidade de não participar desse jogo mercantil proposto por uma sociedade (global) de consumidores dissemina a mácula da vergonha porque se rememora a nossa falha diante dessa incerteza denominada “Outro”. Num mundo de “Turistas” e “Vagabundos”, conforme a proposição de Bauman, a paz é algo impossível porque a decisão de se percorrer as trilhas exclusivas da satisfação do desejo pessoal significa caminhar indefinidamente pelo deserto à procura de um oásis capaz de aplacar nossas necessidades mais imediatas. Quando se chega nessa terra abundante, instantaneamente, desaparece, tal como quando o desejo é plenamente

³⁰ “[...] O vagabundo viaja através de espaço não-estruturado; como caminhante no deserto, que só sabe das trilhas enquanto marcadas por suas próprias pegadas, e apagadas de novo pelo soprar do vento logo depois que passa, o vagabundo estrutura o lugar que acontece ocupar no momento, apenas para de novo dismantelar a estrutura ao partir. Cada sucessivo espaçamento é local e temporário – é episódico”. (BAUMAN, 1997, p. 274).

³¹ “[...] A simples visão do vagabundo faz o turista tremer - *não pelo que o vagabundo é mas pelo que o turista pode vir a ser*. [...] *Um mundo sem vagabundos é a utopia da sociedade dos turistas*”. (BAUMAN, 1999, p. 106).

³² Essas palavras de Bauman (1997, p. 285) merecem reflexão profunda: “A responsabilidade moral é a mais pessoal e inalienável das posses humanas, e o mais precioso dos direitos humanos. Não pode ser eliminada, partilhada, cedida, penhorada ou depositada em custódia segura. A responsabilidade moral é incondicional e infinita, e manifesta-se na constante tortura de não se manifestar a si mesma suficientemente. A responsabilidade moral não busca resseguro para o seu direito de ser ou para escusas do seu direito de não ser. Está aí antes de qualquer resseguro ou prova e depois de qualquer escusa ou absolvição”.

satisfeito. A indiferença do “Turista” perante o “Vagabundo” satura o cenário social da Pós-Modernidade e incapacita a vivência plural dos laços humanos. Exercitar a Tolerância, como valor de responsabilidade moral, significa contribuir para o resgate do “Vagabundo” na sua condição de ser humano, de compreender as angústias de nossas decisões, de ser livre na medida em que se acerta e se aprende com os erros.

2. TOLERÂNCIA COMO SINA DA PÓS-MODERNIDADE: ERRÂNCIAS (IM)POSSÍVEIS.

A elaboração de um mundo genuinamente humano somente pode ser constituído por meio de nossas características fundamentais: incerteza, ambivalência, precariedade, provisoriedade, finitude. Todas denotam o exercício da Liberdade como expressão do nosso “Ser moral”³³. Indica a necessidade de se esclarecer que toda decisão ou escolha moral não é um caminho de precisão matemática, livre da ambivalência de nossas sensações, mas, ao contrário, repleto de angústias e ansiedades. Os esforços dos “Turistas” em serem livres é incompatível com a (ir) responsabilidade de suas escolhas. Trata-se de um paradigma cuja sensibilidade³⁴ numa relação de “ser-para”³⁵ é inexistente porque permanece apenas como definição prisioneira de mundo abstrato, cuja vontade é extirpar qualquer contato fora dos domínios do ego.

Ao se negar nossa responsabilidade moral junto com o Outro, a inexistência desse exercício habitual, profundo de Alteridade na vida de todos os

³³ Nas palavras de Bauman (2011, p. 56): “Ser moral significa saber que as coisas podem ser boas ou más. Mas não significa saber, muito menos saber com certeza, *quais* são as coisas boas e *quais* são as coisas más. Ser moral significa tender a fazer certas escolhas sob condições de aguda e dolorosa incerteza”. Grifos originais da obra citada.

³⁴ Para Lévinas (2000, p. 120): “[...] A sensibilidade não é um conhecimento teórico inferior, ainda que intimamente ligado a estados afectivos: na sua própria *gnose*, a sensibilidade é fruição, satisfaz-se com o dado, contenta-se”.

³⁵ E insiste o mencionado autor (2011, p. 9): “[...] Somos, por assim dizer, inevitavelmente – *existencialmente* – seres morais: somos confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro, uma condição de *ser-para*. Essa ‘responsabilidade por’, em vez de resultar do ordenamento social e de formação pessoal, enquadra a cena primordial a partir da qual os arranjos sociais e as orientações pessoais têm início, à qual se referem e que tentam reenquadrar e administrar”.

dias, estimula-se a banalização de nossa sensibilidade moral³⁶. Quando o “Vagabundo” não pertence ao patamar de “sujeito”, mas de “objeto”, os laços de proximidade, cuidado, acolhimento tornam-se estéreis e o desprezo, a eliminação da vida, a sua humilhação tornam-se as regras de convívio comum (?) diárias – insanamente normais³⁷ - no território terrestre. Esse cenário não é nada desconhecido por nós. Trata-se da banalização da vida que se manifesta pela diferença na qual habita o Outro. O relato de Arendt sobre o caso do Julgamento de Eichmann em Jerusalém demonstra os efeitos perversos dessa inexistência ao cultivo habitual de nossa sensibilidade moral. Vejam-se as palavras da citada autora (1999, p. 254):

[...] É verdade que a dominação totalitária tentou estabelecer esses buracos de esquecimento nos quais todos os feitos, bons e maus, desapareceriam, mas assim estavam fadadas ao fracasso todas as tentativas nazistas, feitas de junho de 1942 em diante, de eliminar os vestígios dos massacres – por meio da cremação, da queima em poços abertos, do uso de explosivos e lança-chamas e máquinas trituradoras de ossos – assim também todos os esforços de fazer seus oponentes ‘desaparecerem em silencioso anonimato’ foram em vão. Os buracos de esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobra um homem para contar a história. [...] Politicamente falando, a lição é que em condições de terror, a maioria das pessoas se conformará, mas *algumas pessoas não*, da mesma forma que a lição dos países aos quais a Solução Final foi proposta é que ela ‘poderia acontecer’ na maioria dos lugares, *mas não aconteceu em todos os lugares*. Humanamente falando, não é preciso nada mais, e nada mais pode ser pedido dentro dos limites do razoável, para que este planeta continue sendo um lugar próprio para a vida humana.

Sob esses argumentos, não é possível acreditar que o *modus vivendi* estabelecido para a Pós-Modernidade seja o da segregação social causado pelo desejo infinito dessa sociedade de consumidores em tudo experimentar, de ser livre para estar em qualquer lugar da Terra, sem que haja uma preocupação

³⁶ “Para ser suficiente, a sensibilidade moral deve ser excessiva. Ela deve ‘ultrapassar’ o que vemos como necessidades diárias, ‘comuns’, de modo que sempre novas formas de miséria possam ser percebidas como casos vergonhosos e intoleráveis de indignidade e humilhação, e tratadas como tal. A sensibilidade moral nunca é suficiente, e seu cultivo é condição preliminar para a ‘sociedade justa’”. (BAUMAN, 2011, p. 80/81).

³⁷ Arendt (1999, p. 299) retrata essa condição: “[...] O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um novo tipo de criminoso, efetivamente *hostis generi humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado”.

junto àqueles nos quais demonstram, com todos os matizes, os efeitos patológicos desse sujeito encapsulado denominado como “Turistas”. A banalização da sensibilidade moral diante do rosto do “Vagabundo”³⁸ representa o vigor do efeito anestésico causado pela Economia romper qualquer proximidade com outro ser humano. O medo do risco, de compreender as incertezas humanas, de encontrar um caminho à prova de falhas dificulta o esclarecimento histórico necessário sobre as angústias e ansiedades de nossas decisões morais a fim de estabelecer significados razoáveis ao projeto da convivência humana. Sob igual critério, não é possível imaginar – beira-se a ingenuidade – uma transformação radical, instantânea, dessa percepção sobre a comunhão do nosso vínculo antropológico entre “Turistas” e “Vagabundos”.

O despertar suave desse sono letárgico, desse abismo entre os sujeitos anteriormente mencionados, precisa ser desenvolvido pelos ires e vires dialogais na encruzilhada do devir impulsionado pela Tolerância³⁹. Novamente, indaga-se à leitora ou leitor: o que é a Tolerância? Essa resposta é necessária para se compreender o resgate da sensibilidade e responsabilidade moral entre “Turistas” e “Vagabundos”. Esse valor moral denominado Tolerância foi construído ao longo da história da humanidade e amadurecido pelas experiências e práticas de intolerância, pelo desenvolvimento da compreensão do valor da pessoa e sua dignidade, da evolução da organização do Estado, da fundamentação de princípios que orientam as legislações, as instituições e o agir moral das pessoas em sociedade e da capacidade humana de refletir e ampliar as suas concepções culturais para acolher o estranho (*alius*) – no seu sentido mais amplo. É nesse ir e vir entre as diferenças humanas que se aprende e se exercita a Tolerância como fundamento de integração civilizacional.

³⁸ Esse cenário representa, nas palavras de Melo (2009, p. 99): “[...] da angústia do que sofre, sabendo que não há garantia de socorro. Este, se vier, o será por uma iniciativa humanitária e não como garantia de um direito. Isso nos leva a verificar a existência do fenômeno da fome espiritual, da doença psíquica desassistida, do morrer só, da afetividade perdida, enfim, da dignidade desconsiderada”.

³⁹ Novamente, Melo (2009, p. 94) insiste: “Enquanto houver fundadas esperanças por parte capazes de influenciar, decidir, ensinar e exemplificar, poder-se-á aguardar que não só seja possível construir o futuro desejável, como haverá o estímulo para disseminar aquelas mesmas esperanças através do cultivo de utopias que descortinem um mundo menos opressor, com fundamento científicos e religiosos que substituam a arrogância das certezas pela busca incessante da verdade e da felicidade, com o coração e a mente abertos a novas descobertas. Assim, talvez conscientemente percebamos aí o desenho das trilhas a percorrer para adentrarmos com um mínimo de segurança na pós-modernidade”.

Nessa linha de pensamento, Bauman (1999, p. 248) esclarece que a Tolerância, compreendida como valor moral, significa emancipação civilizacional porque se admite, se aceita os próprios limites encontrados em cada sociedade no globo, as contingências nas quais aparecem como fundamento para se viver e deixar viver. Numa expressão: nenhuma manifestação cultural é autossuficiente a ponto de não reconhecer suas mazelas e se aperfeiçoar por meio do diálogo com o Outro. A Tolerância como emancipação conforme as lições do mencionado autor (1999, p. 248) determina o fim ao horror da Alteridade e a abominação da ambivalência. Assinalam-se as posturas tolerantes como o destino para se compreender a abertura para a diferença a partir das contingências culturais globais. Nesse momento, observa-se que as práticas tolerantes⁴⁰ devem ampliar a sensibilidade e responsabilidade moral entre todos que comungam a “perdição” de serem humanos. O reconhecimento dessa diferença, da Alteridade no Outro precisa ser honrada⁴¹ na medida em que favorece o esclarecimento para se evitar a disseminação injustificada de ações cada vez mais intolerantes.

A revelação radical do Outro como limite aos excessos desmedidos do “Eu” torna a Tolerância como a sina da Pós-Modernidade. As errâncias no mundo somente se tornam possíveis na medida em que essa caminhada revele os graus de integração esclarecidos pelas nossas contingências, incertezas e ambivalências. Essa é a trilha de uma solidariedade comum: o desafio de compreender o Outro na sua absoluta diferença a qual complementa o des-velo de minha humanidade⁴². Alteridade, ambigüidade, ambivalência, contingência, incerteza são as causas de mal-estar na Pós-Modernidade porque iluminam o

⁴⁰ Deve-se rememorar as lições de Bobbio (2004, p. 211): “[...] a tolerância não se baseia na renúncia à própria verdade, ou na indiferença frente a qualquer forma de verdade. Creio firmemente em minha verdade, mas penso que devo obedecer a um princípio moral absoluto: o respeito à pessoa alheia”.

⁴¹ Para Appiah (2012, p. 180): “[...] ter honra significa ter direito ao respeito. Em decorrência disso, se você quiser saber se uma sociedade se preocupa com a honra, primeiro procure ver se essas pessoas pensam que alguém tem direito a ser tratado com respeito. A próxima coisa é ver se esse direito ao respeito é dado com base num conjunto de normas compartilhadas, um código. Um *código de honra* diz como pessoas de certas identidades podem ganhar direito ao respeito, como podem perdê-lo e, ainda, como o fato de ter e perder a honra muda a maneira como elas devem ser tratadas”.

⁴² “[...] A consciência da condição pós-moderna revela a tolerância como sina. Ela torna possível – apenas possível – o longo caminho que leva do fado ao destino, da tolerância à solidariedade”. (BAUMAN, 1999, p. 251).

“Eu” encapsulado pela névoa da satisfação do desejo pessoal. Tolerância como emancipação não tem uma resposta aritmética para os desafios humanos, porém determina como a nossa sensibilidade e responsabilidade moral desfaz a violência segregadora e dominadora⁴³ de uma relação social cujo consumo voraz de tudo e todos incapacita a compreensão oceânica dos laços humanos. Somos errantes. Caminhamos no deserto de nossas escolhas morais e se suporta a aguda dor das incertezas nas decisões tomadas. Entretanto, o esclarecimento de que todos jogam esse jogo denominado vida, com seus erros e acertos, diminui, de modo significativo, esse desejo de tudo controlar e dominar e viabiliza condições práticas para a manifestação da solidariedade. Esse é o significado da Tolerância como valor de responsabilidade moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, não restam palavras suficientes para esclarecer horizontes os quais se afastam na medida em que se caminha na sua direção. A Pós-Modernidade reivindica, no seu desenvolvimento histórico, a responsabilidade de todos com todos. A unidade humana e o seu projeto de convivência saudável somente se manifesta a partir a diversidade que habita este Planeta.

O herói Ulisses, talvez, forneça fragmentos de uma convivência para o mencionado período histórico. As águas tormentosas da Pós-Modernidade sugerem, não obstante num grau mínimo, orientação para se consiga navegar pelas dificuldades humanas. A voracidade de uma sociedade (global) de consumidores precisa compreender que nem todos são mercadorias, tampouco refugos, detritos de uma falsa Liberdade pautada pela indiferença ao habitante de uma localidade.

A Tolerância é, sim, caracterizada como a sina da Pós-Modernidade porque é o espaço de resistência contra o desprezo por aqueles nos quais não conseguem jogar segundo das regras mercantis do jogo. Os “Turistas” não desejam nenhum compromisso mais longo, mas tão somente colecionar

⁴³ “[...] Quem quer que esteja em busca de dominação – atual ou futura – [...] deve ficar furioso com a suave recusa desse conhecimento em validar todas as pretensões à superioridade. Igualmente furioso deve ficar aquele que quiser explodir a dominação existente”. (BAUMAN, 1999, p. 251).

sensações para a sua coleção particular. Num argumento metafórico, tolerar é o valor e a práxis semelhante ao mastro do navio de Ulisses a qual garante a busca pela nossa humanização escondia no Outro.

Quanto maior a insistência no desprezo ao estrangeiro, ao diferente, ao miserável das econômicas, maior será o numero de “Turistas” no mundo que buscarão justificar a necessidade de se criar “buracos de esquecimento”. O caminho da Tolerância na Pós-Modernidade é ambíguo, ambivalente, incerto, mas necessário porque se aprende, habitualmente, o que é ser humano junto com o Outro. Por esse motivo, a hipótese de pesquisa formulado no início desta pesquisa foi confirmada como positiva, já que se necessita de uma sensibilidade aguda para ouvir a melodia da Tolerância diante da segregação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, Kwame Anthony. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Título original: *The honor code: how moral revolutions happen*.

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. *Liberdade: aporia solipsista na pós-modernidade*. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.8, n.2, 2º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. 8. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Título original: *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Título original: *Does ethics have a chance in a world of consumers?*

_____. *A vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Título original: *Life in fragments: essays in postmodern morality*.

_____. *Bauman sobre Bauman: diálogos com Keith Tester*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Título original: *Conversations with Zygmunt Bauman*.

_____. *Ética pós-moderna*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997. Título original: *Postmodern Ethics*.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Título original: *Globalization: the human consequences*.

_____. *Legisladores e intérpretes*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Título original: Legislators and interpreters: on modernity, postmodernity and intellectuals.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Título original: Modernity and ambivalence.

_____. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Título original: Liquid Modernity.

_____. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Título original: Postmodernity and its discontents.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Título original: L' état dei Diritti.

LÉVINAS, Emmanuel. *Ética e infinito*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2000. Título original: Éthique et Infini.

_____. *Totalidade e infinito*. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2000. Título original: Totalité et Infini.

MAFFESOLI, Michel. *A república dos bons sentimentos: documento*. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminura/Itaú Cultural, 2009.

MELO, Osvaldo Ferreira de. *O papel da política jurídica na construção normativa da pós-modernidade*. In: DIAS, Maria da Graça dos Santos; **MELO**, Osvaldo Ferreira de; **SILVA**, Moacyr Motta da. **Política jurídica e pós-modernidade**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

_____. *Sobre direitos e deveres de solidariedade*. In: DIAS, Maria da Graça dos Santos; **MELO**, Osvaldo Ferreira de; **SILVA**, Moacyr Motta da. *Política jurídica e pós-modernidade*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

MORIN, Edgar; **VIVERET**, Patrick. *Como viver em tempos de crise?*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Título original: Comment vivre en temps de crise?

_____; *Os sete saberes necessário à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora e Jeanne Sawaya. 4. ed. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2001. Título original: Les sept savoirs nécessaires à l' education du futur.

PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. Tradução de Luís Lóia. Lisboa: Edições 70, 2009. Título original: The Malaise of Modernity.